



Anamatra participa da 101ª Conferência Internacional da OIT

Evento em Genebra aprova recomendação sobre seguridade social

Elaborar uma recomendação sobre um piso de proteção social. Esse foi o tom das discussões da 101ª Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que aconteceu de 30 de maio a 14 de junho em Genebra (Suíça) e contou com a participação de dirigentes da Anamatra. O presidente da entidade, Renato Henry Sant'Anna, o vice-presidente, Paulo Schmidt, e o secretário-geral da entidade, Fabrício Nogueira, participaram do evento como integrantes da delegação brasileira, a convite do Governo Federal.

A recomendação reafirma que o direito à seguridade social é um direito humano e que, junto com a promoção do emprego, é uma necessidade econômica e social para o desenvolvimento e o progresso. O objetivo da OIT com a recomendação é estabelecer um marco internacional de garantias básicas de seguridade social, prevenindo a pobreza e a exclusão so-

cial. "Trata-se de uma iniciativa louvável que vai ao encontro do anseio da magistratura do Trabalho de garantir uma vida digna para todos os trabalhadores", afirma Sant'Anna.

Entre as previsões da recomendação estão a assistência médica essencial e uma garantia mínima de renda recebida ao longo da vida para que seja reduzida a possibilidade da pobreza, da iniquidade, da saúde precária e da morte prematura. A nova recomendação afirma também que os trabalhadores informais devem se beneficiar da seguridade social.

"A proteção social demonstrou ser uma medida anticrise muito eficaz. Protege e capacita as pessoas e contribui para impulsionar a demanda econômica e acelerar a recuperação. Além disso, é uma base para o crescimento econômico sustentável e inclusivo", declarou o diretor-geral da OIT, Juan Somavia.

O texto da recomendação foi de-

batido por uma comissão tripartite que contou com a participação de diversos representantes do Brasil, entre eles o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, os ministros do TST Kátia Arruda e Maurício Godinho e a ministra conselheira da Missão permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), Maria Luísa Escorrel de Moraes.

A nova Recomendação é a primeira norma autônoma em matéria de seguridade a ser votada em 68 anos. A recomendação foi aprovada 24 anos depois que o último instrumento legal sobre proteção social foi discutido pelos governos, trabalhadores e empregadores em 1988. Em novembro do ano passado, os líderes do G20 reunidos em Cannes reconheceram "a importância de investir em pisos de proteção social definidos em nível nacional".

Leia mais sobre a Conferência nas páginas 8 e 9.

EXPEDIENTE

PRESIDENTE: Renato Henry Sant'Anna
(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE: Paulo Luiz Schmidt
(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL: Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira (Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: João Bosco de Barcelos Coura (Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO: Gilberto Augusto Leitão Martins (Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Cléa Maria Carvalho do Couto (Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: Vitor Leandro Yamada (Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: Narbal Antônio de Mendonça Fileti (Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS: André Machado Calvancanti (Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: Valter Souza Pugliesi (Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS: Terezinha Célia Kineipp Oliveira (Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: Sandra Miguel Abou Assali Bertelli (Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL: Viviane Maria Leite de Faria (Amatra 5/Bahia), Luciana Paula Conforti (Amatra 6/Pernambuco), Leonardo Ely (Amatra 24/Mato Grosso do Sul); **SUPLENTE:** Adib Pereira Netto Salim (Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000
NA INTERNET: www.anamatra.org.br
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Mariana Monteiro (7859/DF) e Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: Adriana Zetula

DIAGRAMAÇÃO: Clarissa Teixeira e Luísa Bravo (61) 3244-0084

IMPRESSÃO: Charbel Gráfica e Editora Ltda

Carta ao associado



Caros colegas,

Mais uma vez a magistratura do Trabalho brasileira esteve presente na Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A 101ª edição do evento, que acontece anualmente em Genebra (Suíça), reuniu cinco mil delegados de 185 países. Ao lado do presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, do vice-presidente, Paulo Schmidt, do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, e dos ministros do TST Kátia Arruda e Maurício Godinho, tive a honra de novamente acompanhar interessantes discussões visando à promoção da justiça social e ao reconhecimento internacional dos direitos humanos e trabalhistas.

Importante destacar a nossa efetiva contribuição para a aprovação da recomendação que estabelece piso de proteção social para todos os trabalhadores. Trata-se da primeira norma autônoma em matéria de seguridade a ser votada em 68 anos, estabelecendo um marco internacional de garantias básicas para prevenir a pobreza e a exclusão social, o que vai ao encontro dos anseios da magistratura do Trabalho de garantir uma vida digna para todos os trabalhadores.

Todavia, a inédita obstrução da Organização Internacional dos Empregadores (OIE) durante a discussão de casos de violações de direitos dos trabalhadores, assunto que a Conferência vem debatendo desde 1926, representa uma séria ameaça à almejada justiça social. O fato é preocupante e esperamos que não se repita, embora muitos acreditem que se trata de uma conduta política motivada pela eleição do novo diretor-geral da OIT, inglês Guy Rider, que substituirá em outubro o chileno Juan Somavia. Rider será o primeiro representante do movimento sindical a liderar a OIT e sua candidatura contou com o apoio de representantes dos trabalhadores no Brasil.

Ainda no âmbito internacional já confirmamos a realização da sétima edição do Congresso da Anamatra, em abril do próximo ano, nos Estados Unidos. Será uma oportunidade única de intercâmbio de informações e análise do sistema jurídico norte-americano e sua influência. A comissão organizadora já garantiu apoios indispensáveis a fim de garantir o sucesso do evento, a exemplo da Embaixada e do Consulado brasileiros e da Pace University School of Law.

Aqui no Brasil estamos nos aproximando de mais uma edição dos Jogos Nacionais da Anamatra e, na condição de presidente da Amatra 9 (PR), anfitriã do evento, aproveito o espaço para convidá-los a participar de mais esse encontro de colegas magistrados e, claro, conhecer Foz do Iguaçu, cidade-sede que, com toda a sua diversidade de atrativos, é atualmente um dos mais belos destinos turísticos do mundo e o segundo maior destino de estrangeiros no País.

Certamente teremos mais uma grande edição desse evento que já está consolidado em nosso calendário, com o objetivo de unir todos os associados e familiares em torno do esporte, propiciando o combate ao estresse e ao sedentarismo, a interação, o convívio e a troca de experiências. Os paranaenses estão de braços abertos para recebê-los!

Boa leitura a todos!

Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
Secretário-Geral da Anamatra



Caros Associados,

A Diretoria de Comunicação tem uma **novidade** para vocês. A partir da próxima edição o Jornal Anamatra passa a ser enviado apenas por **meio eletrônico**. Com um novo projeto gráfico, desenvolvido especialmente para dar mais **dinamismo** e **clareza** à leitura, o documento chegará ao **e-mail cadastrado** pelo associado. A iniciativa tem o objetivo de contribuir com o **meio ambiente**, já que economizará papel, e também garantir que o canal de **comunicação** da entidade nacional com seus associados seja mais **eficiente** e **contemporâneo**.

Se você está com seu **cadastro** junto à Anamatra **desatualizado** ou deseja trocar o endereço de e-mail para recebimento, envie solicitação para anamatra@anamatra.org.br

Boa leitura!

DIRETORIA E EQUIPE DE COMUNICAÇÃO DA ANAMATRA

Caso você queira continuar recebendo o jornal em sua casa impresso, é necessário que envie um e-mail com essa solicitação para anamatra@anamatra.org.br



STF inicia julgamento de Mandado que requer nomeação de desembargador em obediência à Constituição Federal

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou no dia 29 o julgamento do Mandado de Segurança nº 30.585, de autoria da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), que requer a nomeação de desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) que figurou por três vezes consecutivas em listas de merecimento e mesmo assim foi preterido no ato de nomeação para desembargador pela presidência da República.

O processo recebeu o voto favorável do relator, ministro Ricardo Lewandowski, que, além de conceder a segurança, também julgou prejudicado o agravo regimental interposto pela Advocacia-Geral da União. O relator foi seguido por mais seis ministros e o julgamento foi suspenso por pedido de vista do presidente, ministro Ayres Britto. Três ministros estavam ausentes. A Anamatra e a Ajufe entregaram

no dia 21 memoriais à ministra Rosa Weber (foto), manifestando o apoio das associações representativas da magistratura ao processo.

“A Anamatra tem interesse no julgamento do pleito da Justiça Federal, tendo em vista que a matéria de fundo é a mesma”, ressalta o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna. O magistrado lembra que a entidade já concedeu assistência a juizes do Trabalho que foram preteridos em suas promoções.

Liminar suspende nomeação

A ministra do STF Carmen Lucia deferiu liminar suspendendo efeitos de ato de nomeação de um magistrado para o cargo de desembargador do Tribunal Regional da 2ª Região (SP). A decisão foi tomada nos termos do Mandado de Segurança nº 31375, de autoria de um juiz do Trabalho que figurou três vezes consecutivas em lista de merecimento

do TRT da 2ª Região. A Anamatra foi assistente no processo.

O MS pede a nulidade de Decreto da Presidenta da República que nomeou uma magistrada sem obedecer ao critério constitucional de promoção por merecimento. A Constituição Federal em seu art. 93 estabelece que é “obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento”.

Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, não se trata de uma conduta de cunho pessoal, mas sim de respeito aos princípios constitucionais, entre eles o da separação dos Poderes da República. “A Anamatra vem atuando na defesa do direito à nomeação daquele magistrado que figurou três vezes consecutivas na lista, sem qualquer demérito ou juízo de valor quanto aos demais concorrentes”, disse o magistrado. *A*

Foto: Arquivo Anamatra



TRT 18 garante vaga de desembargador à magistratura de carreira

Foto: Arquivo Amatra 18

O Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás), em sessão ocorrida no dia 11, decidiu destinar a 14ª vaga de desembargador do Tribunal à magistratura de carreira. A decisão atendeu a requerimento formulado pela Amatra 18 (GO). A última vaga a ser preenchida pelo TRT de Goiás também era disputada pelo Ministério Público do Trabalho e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Pela decisão o Pleno entendeu que somente o número inteiro garante a vaga ao quinto constitucional e não o número fracionário, privilegiando a regra da ascensão pela carreira entre as vagas até então existentes.

O presidente da Amatra 18 (GO), Platon Neto, exerceu o direito de voz da Amatra 18 na sessão e defendeu a destinação da vaga aos magistrados de carreira. "Foi uma grande vitória da magistratura de carreira, que foi bastante valorizada pelo TRT da 18ª Região, numa sessão histórica".

A 14ª vaga a ser preenchida no TRT18 será pelo critério de antiguidade. *A*

* Com informações da Amatra 18 (GO)



Justiça do Trabalho participa da Rio +20

Foto: Arquivo TST

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, contou com a participação da Justiça do Trabalho. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) mostraram, em um stand montado na área reservada para as exposições dos Estados-membros das Nações Unidas e do governo brasileiro, os programas, projetos e ações da Justiça do Trabalho relacionados à sustentabilidade. A conferência aconteceu nos dias 13 a 22 de junho.

Além da exposição, a Justiça do Trabalho promoveu ainda palestras sobre os programas apresentados e lançou o módulo do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ). Além do PJe-JT, foram



mostrados o Programa Trabalho Seguro, o Guia de Compras Sustentáveis e os programas de responsabilidade socioambientais dos órgãos da Justiça do Trabalho. *A*

Associações manifestam-se sobre possíveis irregularidades no pagamento de precatório no TRT-14

A Anamatra e a Amatra 14 (RO e AC) divulgaram nota pública manifestando-se sobre notícias veiculadas na imprensa regional e nacional, sobre possíveis irregularidades no pagamento de precatório, com suposta participação de juiz e desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (RO e AC) em esquema para lesar o patrimônio público. *A*

“As entidades subscritoras acreditam na iniciativa dos órgãos administrativos e judiciais detentores da prerrogativa de investigar desvios de conduta dessa natureza e aguardam confiantes o esclarecimento dos fatos e a aplicação de eventuais punições a quaisquer pessoas envolvidas, sejam magistrados, servidores públicos, advogados e/ou juriscionados, sempre respeitado o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa”

NOTA PÚBLICA

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, entidade representativa de mais de 3.600 Juízes do Trabalho no Brasil, e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 14ª Região – Amatra 14, entidade representativa dos Juízes do Trabalho dos Estados de Rondônia e Acre, vêm a público manifestar-se sobre as notícias veiculadas na imprensa local e nacional, no dia de ontem (5/6), acerca de possíveis irregularidades no pagamento de precatório, com suposta participação de juiz e desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região em esquema para lesar o patrimônio público, o que faz nos seguintes termos:

1) A Anamatra e a Amatra 14, a par da defesa intransigente das prerrogativas constitucionais atribuídas aos magistrados, têm como premissa de atuação institucional a luta incessante contra a corrupção e em prol da transparência plena e do irrestrito respeito e cumprimento aos mandamentos constitucionais que regem a Administração Pública, em especial os princípios da legalidade e moralidade (art. 37, caput, da Constituição da República), motivo pelo qual externam seu total apoio ao aprofundamento das investigações conduzidas pelos órgãos competentes visando à necessária apuração dos graves fatos relatados pelo Conselho Nacional de Justiça.

2) As entidades subscritoras acreditam na iniciativa dos órgãos administrativos e judiciais detentores da prerrogativa de investigar desvios de conduta dessa natureza e aguardam confiantes o esclarecimento dos fatos e a aplicação de eventuais punições a quaisquer pessoas envolvidas, sejam magistrados, servidores públicos, advogados e/ou juriscionados, sempre respeitado o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa.

3) Com a certeza de que a sociedade brasileira reconhece a seriedade, honestidade e comprometimento dos Juízes do Trabalho do Brasil no exercício de suas atribuições, as entidades manifestam a mais absoluta confiança que a esmagadora maioria de juízes honestos que atuam nos Estados de Rondônia e Acre seguirão cumprindo sua função de distribuir justiça com imparcialidade, independência e serenidade, deveres funcionais estes afetos a toda a Magistratura.

Brasília/Porto Velho, 6 de junho de 2012.

Renato Henry Sant’Anna
Presidente da Anamatra

Carlos Leonardo Teixeira Carneiro
Presidente da Amatra 14 (RO e AC)

Anamatra nas redes sociais



A **Anamatra** está nas mídias sociais para se aproximar de você, **associado**, que faz da nossa entidade uma instituição que cuida das prerrogativas dos magistrados do Trabalho sem esquecer das lutas por uma sociedade melhor e mais justa para todos.

Acesse nossos canais de comunicação e saiba o que a Anamatra tem feito pelo juiz do Trabalho e pelo cidadão brasileiro.

www.anamatra.org.br
www.facebook.com/anamatra
www.twitter.com/anamatra
www.youtube.com/tvanamatra
www.flickr.com/photos/anamatra



Grupo de empregadores obstrui debates sobre violações de direitos dos trabalhadores

Pela primeira vez na história da Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) os debates da comissão de Normas Internacionais sofreram obstrução do grupo de representantes dos empregadores: a Organização Internacional dos Empregadores (OIE). O fato ocorreu durante a discussão de casos de violações de direitos dos trabalhadores, assunto que a Conferência vem debatendo desde 1926 por meio do seu Comitê de Peritos, composto por juristas de 17 países membros da OIT.

Para a secretária-geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), Sharan Burrow, houve uma intenção dos empregadores de manter em segredo as piores violações de direitos e evitar o escrutínio internacional. "A OIT foi criada com base na justiça social e no compromisso de respeitar os direitos dos trabalhadores. Juristas do mundo inteiro estão aqui para apresentar suas impressões, mas a OIE se recusa a permitir o exame disso", relata. Entre os temas debatidos está o direito de greve.

"A violação dos direitos dos trabalhadores é inaceitável em qualquer nação. A Anamatra e os juízes do Trabalho brasileiros solidarizam-se com a OIT e esperam que o fato não represente uma ameaça à almejada justiça social, que vem pautando os debates na OIT durante anos"

Renato Henry Sant'Anna



Paulo Schmit e o diretor-geral da OIT

"Estão tentando minar um dos mecanismos mais eficazes de direitos humanos", alerta a secretária.

A obstrução dos debates ocorre em meio à mudança na direção da OIT. O inglês Guy Rider assume em outubro cargo de diretor-geral da OIT no lugar do chileno Juan Somavia. Rider, que assume a direção geral a partir de outubro, será o primeiro representante do movimento sindical a liderar a OIT e sua candidatura contou com o apoio de representantes dos trabalhadores no Brasil. Alguns participantes da 101ª Conferência acreditam que a obstrução é um recado de como será a conduta dos empregadores frente à gestão de Rider.

Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, o fato é preocupante, tendo em vista que a OIT oportuniza os debates a governos, empregados e empregadores por meio de composições tripatites. "A violação dos direitos dos trabalhadores é inaceitável em qualquer nação. A Anamatra e os juízes do Trabalho brasileiros solidarizam-se com a OIT e esperam que o fato não represente uma ameaça à almejada justiça social, que vem pautando os debates na OIT durante anos", disse. *A*

Ministro do Trabalho defende universalização da seguridade social

Em seu discurso durante a Conferência, o ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, afirmou que o Brasil é um dos países que mais pugna por uma Recomendação sobre Pisos de Proteção Social. “Sustentamos ser um primeiro grande passo rumo à plena universalização da seguridade social. Seja como embrião da seguridade social onde ela ainda não está implantada, seja como elemento de sua ampliação onde já existe, o Piso deve ser visto como elemento de dignificação e de respeito ao ser humano”, disse.

Brizola Neto também afirmou que o trabalho humano é fonte de toda a origem e toda riqueza dos países, mas que isso não vem merecendo a importância devida da comunidade internacional. “Quando se fala em trabalho, não se ouvem as expressões severas de condenação ao ‘dumping’, ou à exploração predatória, ou mesmo a de liberdade de trânsito que se quer plena ao dinheiro, mas não aos seres humanos”. Para o ministro, a construção de um mundo melhor passa pela dignidade do trabalho e do trabalhador. “Não há um mundo digno se não houver um trabalho digno para todos os homens e mulheres que habitam este Planeta”, finalizou. *A*



*“Não há um mundo digno se não
houver um trabalho digno para
todos os homens e mulheres que
habitam este Planeta”*

Ministro Brizola Neto

“Explorar trabalho infantil é ameaçar o futuro do nosso país”



“Explorar o trabalho infantil é atentar contra a vida de nossas crianças e ameaçar o futuro de nosso país”. Com essas palavras o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, lembrou em Genebra, durante a 101ª Conferência Internacional da OIT, o fato de mais de 4 milhões de crianças e adolescentes encontrarem-se em situação de trabalho irregular no Brasil. A data, 12 de junho, marca o décimo aniversário do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil

O Dia Mundial também foi lembrado pelo diretor geral da OIT, Juan Somavia. Em seu discurso, Somavia afirmou que o fim do trabalho infantil é uma questão de direitos humanos e de justiça social. “Em um mundo com desigualdades cada vez mais marcadas, devemos

conciliar os programas em matéria de políticas com as normas básicas de justiça e proteger o bem estar das crianças do mundo”, disse.

A luta pela erradicação do trabalho infantil é uma das bandeiras da Anamatra. Entre as iniciativas nesse sentido está o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), que leva noções de ética e cidadania a escolas em todo o Brasil. A Anamatra também integra do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) e defende a competência da Justiça do Trabalho para análise de pedidos de alvarás a menores de 16 anos que queiram exercer atividades remuneradas, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 45. *A*

Anamatra vai ao Congresso defender projetos de interesse da magistratura

O mês de junho foi de muitos trabalhos legislativos no Congresso Nacional. Diretores da entidade e integrantes da Comissão Legislativa estiveram com parlamentares para falar de projetos prioritários para a magistratura brasileira e acompanharam votações em comissões da Câmara e do Senado.

As questões remuneratórias foram objeto de atuação intensa da Anamatra, que acompanhou a discussão e votação do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2013.

Diversos outros projetos foram acompanhados pela en-

tidade no Congresso, a exemplo do PL 2214/11, que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, e do PLS 606/11, que disciplina o cumprimento da sentença e da execução dos títulos extrajudiciais, a liquidação da sentença, a constrição de bens e sua impugnação e a expropriação de bens. A PEC 5/11, que iguala os subsídios do presidente da República, do vice-presidente, dos ministros de Estado, dos senadores e dos deputados federais aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) também mereceu atenção da entidade. *A*

Fotos: Arquivo Anamatra



Senado aprova indicação de ministros para o TST

O Senado Federal aprovou a indicação dos juízes Hugo Carlos Scheuermann e Alexandre de Souza Agra Belmonte para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os magistrados vão ocupar as vagas deixadas pela Rosa Maria Weber Candiotta da Rosa – atual ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) – e pelo ministro Milton de Moura França, que se aposentou..

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt (na foto com os indicados e o ministro do TST Caputo Bastos), acompanhou a sabatina dos dois magistrados no dia 12, conduzida pelo presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira. Na ocasião, eles responderam perguntas dos senadores sobre composição do Conselho Nacional de Justiça, execução trabalhista, trabalho escravo, entre outros assuntos relativos à Justiça do Trabalho e ao Poder Judiciário. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Diretor da Anamatra defende rejeição do “Simples Trabalhista”


O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, participou de audiência pública no dia 13 na Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. Diversos segmentos da sociedade estiveram presentes para debater o Projeto de Lei nº 951/11, de autoria do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que cria o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal, com o objetivo de gerar empregos formais nas micro e pequenas empresas – o chamado Simples Trabalhista. A proposta reduz os encargos sociais e os custos da contratação de empregados para as empresas.

Em sua exposição, Siqueira lembrou que a Anamatra é contra a aprovação do PL, tendo inclusive entregue à Casa nota técnica defendendo sua posição de que a proposição afronta a Constituição Federal, que diz que os direitos do trabalhador devem priorizar a melhoria das condições de vida do cidadão. “O constituinte foi sábio ao conceder benefícios apenas admi-



Foto: Arquivo Anamatra

nistrativos, fiscais e creditícios para as micro e pequenas empresas e ao mesmo tempo ressaltar os direitos sociais. Isso fica claro ao fazer uma leitura sistemática da Constituição”, frisou o juiz, ao citar os artigos 7º e 179 da Carta Magna. Siqueira ainda alertou os

presentes à audiência pública sobre um possível retrocesso nos direitos trabalhistas com a aprovação do PL 951/11. “Este projeto é um exemplo clássico de regressividade de conquistas sociais. E é por isso que nós, juizes do Trabalho, defendemos sua rejeição”, finalizou. 


Deputado apresenta projeto que altera remuneração nas férias e substituições de juízes

O deputado Eudes Xavier (PT-CE) apresentou no dia 27 projeto de lei que altera a remuneração dos juizes do Trabalho substitutos durante suas férias, licenças e demais afastamentos. O projeto, que recebeu o nº 4112/2012, foi apresentado a pedido da Anamatra.

Pela proposta, os juizes do Trabalho substitutos, quando designados ou estiverem substituindo os juizes Titulares de Varas, receberão os subsídios desses, inclusive durante os períodos de férias, licenças e demais afastamentos. Os subsídios serão recebidos de forma proporcional às designações e substituições ocorridas nos últimos doze meses.

Na justificativa do projeto, o parlamentar ressalta que a alteração legislativa tem seu principal fundamento no princípio isonômico. “É cediço que a carreira na magistratura trabalhista encontra-se es-

tagnada em todo o território nacional, sendo muito comum nos dias atuais que o magistrado permaneça como juiz do Trabalho substituto por mais de 10 ou 15 anos, havendo mesmo situações em que a aposentadoria ocorre nesse grau de jurisdição”, informa o texto.

Para o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna, o projeto é importante para a magistratura do Trabalho e visa a corrigir um grave problema que acomete a carreira. “Trata-se de obedecermos ao princípio constitucional da isonomia e corrigirmos uma distorção”, afirma, ao lembrar que os juizes Titulares, quando substituem nos Tribunais, têm direito à proporcionalidade da remuneração dos desembargadores por ocasião de férias, licenças e outros afastamentos. 

Magistrados têm audiência com o ministro Adams

Foto: Arquivo Anamatra

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, esteve em audiência na tarde do dia 20 com o Advogado-Geral da União (AGU), ministro Luís Inácio Lucena Adams. A reunião também contou com a presença do diretor de Informática da Anamatra, Valter Pugliesi, e do vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) na 1ª Região, Ivanir César Ireno Júnior.

No encontro os magistrados discutiram assuntos de interesse da magistratura, a exemplo da simetria constitucional com o Ministério Público, da revisão anual do subsídio de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do restabelecimento do adicional por tempo de serviço (ATS). *A*



Anamatra discute agenda de trabalho decente para o Brasil

A juíza Luciana Conforti, do Conselho Fiscal da Anamatra e presidente da Amatra 6 (PE), representou a entidade no Seminário Trabalho Decente no Brasil - Avanços no Período de 2006 a 2011 no dia 27 no Ministério da Previdência Social (MPS). O evento foi organizado pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados com o apoio do MPS e do Ministério o Trabalho e Emprego. O juiz Narbal Fileti, diretor de Formação e Cultura, também participou do evento.

“A garantia do trabalho decente passa pela discussão das desigualdades”, ressaltou Luciana Conforti em sua intervenção. A magistrada lembrou que a Constituição Federal trouxe avanços na questão dos direitos fundamentais, assim como as convenções internacionais. Mas, para a magistrada, esses instrumentos não têm sido suficientes para coibir a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

A magistrada também citou diversos projetos de lei acompanhados pela Anamatra e que vão ao encontro de uma agenda de trabalho decente para o Brasil. Para Conforti, o trabalho decente requer avan-

ço social através da legislação. Não adianta apenas coibir o que não vem sendo cumprido hoje. “Os projetos de lei em debate revelam-se instrumentos eficazes a garantir a igualdade de gêneros e o combate à discriminação à mulher, conferindo efetividade às conquistas asseguradas pela Constituição Federal”, disse ao citar os PLs 3003/2001, 756/2011, 6418/2005 e 6653/2009.

Conforti alertou para o fato de a discriminação contra as mulheres acontecer de forma velada, por meio do assédio sexual e moral, e que a Justiça do Trabalho está aten-

ta ao problema, assim como para as práticas discriminatórias em geral. Nesse sentido falou de duas teses aprovadas durante o 13º Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho (www.conamat.com.br), que preveem a reintegração de empregados que foram dispensados por motivos discriminatórios, com o ajustamento de ações civis públicas por parte dos sindicatos, e a inversão do ônus da prova quando existente algum indício da possibilidade de uma situação discriminatória, exigindo do empregador a demonstração de que não agiu ilicitamente. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Anamatra vence duas categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

A Anamatra ficou em primeiro lugar em duas categorias do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, edição 2012: Jornal e Publicação Especial. O informativo da entidade – Jornal Anamatra - e a Cartilha do Direito Internacional do Trabalho foram premiados durante cerimônia realizada na noite do dia 29 em Fortaleza (CE).

As publicações foram produzidas pelas assessorias de Imprensa e de Comunicação da Anamatra sob a coordenação da diretora de Comunicação, Cléa Couto. A coordenação da produção da Cartilha também teve a participação da

diretora de Cidadania e Direitos Humanos, Sandra Bertelli, e da Comissão Nacional do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania.

A jornalista Mariana Monteiro representou a assessoria de Imprensa da Anamatra na solenidade de premiação. O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra e juiz do Trabalho na 7ª Região, Germano Siqueira, também prestigiou o evento.

Sobre o Prêmio

O Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), uma organização

não governamental sem fins lucrativos, voltada à promoção de debates e ações para aproximar as organizações públicas do cidadão.


Lançado em 2003, o prêmio visa a contribuir para o aperfeiçoamento dos produtos e serviços das assessorias de Comunicação a partir do destaque de experiências bem sucedidas na área, reconhecendo e valorizando as práticas destinadas ao desenvolvimento da cidadania, à democratização das informações institucionais e à inclusão social, além de difundir pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos com foco na comunicação pública. 

Foto: Ascom ANPT





Anamatra e Amatra 9 (PR) divulgam detalhes dos Jogos Nacionais 2012

O diretor de Eventos e Convênios da Anamatra, André Cavalcanti, se reuniu no Paraná com o secretário-geral da Anamatra e presidente da Amatra 9, Fabrício Nogueira, com integrantes da Comissão Nacional dos Jogos Nacionais da Anamatra e com representantes da Amatra 9 (PR), anfitriã da edição de 2012 do evento, que será realizado de 31 de outubro a 3 de novembro em Foz do Iguaçu (PR).

Na ocasião, foram acertados alguns detalhes dos Jogos, como a escolha da agência de turismo M. Leal como empresa responsável pela hospedagem e passagens dos participantes. Além disso, o Hotel Bourbon Cataratas foi o credenciado como hotel oficial e sede do evento.

As inscrições para os Jogos Nacionais 2012 serão abertas no final de agosto por meio de um hotsite específico para o evento. Nesse período serão divulgados o regulamento geral dos Jogos e a sua progra-

mação para a edição 2012. O valor será de 250 reais por associado e incluirá dois ingressos para a festa de encerramento (participante e acompanhante). O ingresso para acompanhante adicional será cobrado a parte. A confraternização ocorrerá na noite do sábado (dia 03).

Participaram também da reunião os magistrados Leonardo Ely – que é membro do Conselho Fiscal da Anamatra -, Luis Casado, Luzivaldo Luiz Ferreira, Antonio Marcos Garbuio, Valéria Rodrigues Franco da Rocha, Angélica Cândido Nogara Slomp e Leonardo Gomes de Castro Pereira.

Tiro esportivo. Assim como ocorreu na última edição dos jogos, realizada no ano passado em Porto de Galinhas (PE), a modalidade tiro esportivo permanece, assim como as já tradicionais corrida rústica (5 e 10 km), caminhada, futebol society, tênis, vôlei de praia, natação, tênis de mesa, dominó e xadrez. *A*

7º Congresso Internacional da Anamatra será nos Estados Unidos

A sétima edição do Congresso Internacional da Anamatra já tem data marcada. Será dos dias 1º a 9 de abril de 2013 em White Plains (próxima a Nova Iorque) e Washington D. C, nos Estados Unidos. No dia 10 de julho, a Comissão Organizadora do evento se reúne para definir a temática do evento e o número de vagas por Amatra.

No mês de maio, os diretores da Anamatra, Narbal Fileti (Formação e Cultura) e André Cavalcanti (Eventos e Convênios) e os juizes André Villela (Amatra 1/RJ) e Paulo Conti (Amatra 9/PR), integrantes da Comissão Organizadora-Científica do evento, fizeram visitas técnicas aos locais onde será realizado o congresso, bem como a entidades apoiadoras, a exemplo da Embaixada e do Consulado Brasileiros.

O 7º Congresso Internacional da Anamatra será realizado em parceria com a Pace University School of Law 7º Congresso Internacional da Anamatra será nos Estados Unidos. *A*

Fotos: Divulgação



Vice-presidente da Anamatra prestigia posse de nova diretoria da Amatra 4 (RS)

O vice-presidente da Anamatra, Paulo Schmidt, prestigiou a posse da nova diretoria da Amatra 4 (RS) no dia 15. O juiz do Trabalho Daniel Souza de Nonohay foi empossado como novo presidente da entidade gaúcha para o biênio 2012-2014.

O prazer do convívio com pessoas notáveis, com espírito associativo e com entrega pessoal durante o período em que esteve à frente da Amatra 4 foi citado pelo ex-presidente Marcos Fagundes Salomão. Ao encerrar seu mandato de dois anos à frente da associação, o juiz enumerou o importante trabalho realizado pelos componentes de sua diretoria executiva e também pelos integrantes de cada uma das secretarias da associação. "Esse registro demonstra que nós trabalhamos em equipe. Toda a construção é coletiva e é no compartilhamento de ideias que encontramos a fonte da realização dos projetos associativos", referiu.

Ao fazer seu pronunciamento como novo presidente da Amatra 4, Daniel Nonohay ressaltou os motivos que o levaram a ingressar na vida associativa e a ela dedicar-se, sendo um deles o convívio e o exemplo positivo que encontrou nos ex-presidentes da entidade, Paulo Schmidt, Ary Marimon e Marcos Fagundes Salomão. "Saio da jurisdição, momentaneamente, para poder abraçá-la", mencionou.

Como primeiro ato de sua gestão, o dirigente quebrou o protocolo e entregou à presidente do TRT-RS, Maria Helena Mallmann, que integrava a mesa oficial de autoridades do evento, um pedido de modificação do Regimento do Tribunal. No documento, consta proposta da Amatra para que a escolha da administração do órgão seja feita pelo voto direto de todos os juizes do Trabalho da 4ª Região. Nesse sentido, Nonohay anunciou em seu discurso que a eleição para os cargos diretivos dos tribunais pelo voto de todos os magistrados será uma de suas metas. "Acredito, com convicção, que o TRT-RS será protagonista e irá revolucionar com a implantação deste processo democrático", frisou.

O novo presidente afirmou ainda que a Amatra 4 tem compromisso exclusivo com a consciência dos seus associados e que entidades como ela são vozes isoladas na defesa



Foto: Arquivo Amatra 4

"Toda a construção é coletiva e é no compartilhamento de ideias que encontramos a fonte da realização dos projetos associativos"

Daniel Nonohay

de direitos que não se assentam exclusivamente sobre interesses econômicos.

No término da manifestação, Daniel Nonohay expressou sua alegria por integrar os quadros da Amatra, bem como a satisfação de ser juiz do Trabalho, que, segundo salientou, é uma pessoa que optou ter, como centro de atividade profissional, a defesa e a efetivação dos direitos sociais. Um agradecimento especial à esposa e à família também foi realizado, momento em que lembrou o pai: "a quem devo muito, principalmente a ojeriza à desonra", concluiu. *At*

* Com informações Ascom Amatra 4

Universidad Castilla La Mancha suspende convênio com a Anamatra

O convênio da Anamatra com a Universidad Castilla La Mancha para o Doutorado em Direitos Sociais para Magistrados do Trabalho Brasileiros foi suspenso por decisão da instituição acadêmica. A suspensão, por um prazo de um ano, deve-se aos problemas econômicos pelos quais passa a Espanha.

A entidade foi comunicada oficialmente pelo coordenador do curso, professor Antonio Baylos.

"A Anamatra espera retomar essa parceria com a universidade em breve e faz votos de que o país possa sair dessa crise", resalta o diretor de Formação e Cultura da Anamatra, Narbal Fileti, lembrando que quatro turmas de magistrados do Trabalho já participaram da parceria.

Os magistrados que já estiverem participando do curso não serão prejudicados com a suspensão. *At*

Presidente da Anamatra recebe homenagem em Ribeirão Preto

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, recebeu homenagem no dia 2 durante o 5º Ciclo Regional de Palestras de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, realizado em Ribeirão Preto (SP).

O evento é realizado desde 2011 e é chamado de Ciclo Bem Direito, porque doa o dinheiro arrecadado com as inscrições a instituições que cuidam de doentes de câncer. Neste ano, as beneficiárias foram a Casa Carib e o Graac de Ribeirão Preto. *A*



Diretor da Anamatra debate terceirização em audiência pública na Bahia

O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, participou de audiência pública no dia 4 em Salvador (BA), para debater a terceirização e o Projeto de Lei nº 4.330/04. A iniciativa foi do Ministério Público do Trabalho e da Amatra 5 (BA).

Siqueira ressaltou que na visão da Anamatra, o Projeto de Lei na sua formatação atual significa desconstruir toda uma doutrina do Direito do Trabalho. "Se a terceirização é uma opção gerencial, ela não pode significar redução do direito do trabalhador e deve ser levada em conta a questão da paridade de direitos entre trabalhadores terceirizados e formais", disse.

O debate também contou com a participação da socióloga Graça Druck, do advogado trabalhista Ricardo Caribe e do procurador do Trabalho e um dos organizadores da audiência Alberto Balazeiro.

Durante o evento, a presidente da Amatra 5, Ana Claudia Scavuzzi, entregou ao deputado Arthur Oliveira Maia um estudo sobre a terceirização em vários países da América do Sul e Europa (foto). *A*

* Com informações e foto da Amatra 5 (BA)



"Se a terceirização é uma opção gerencial, ela não pode significar redução do direito do trabalhador e deve ser levada em conta a questão da paridade de direitos entre trabalhadores terceirizados e formais"

Germano Siqueira

Anamatra saúda eleição de Roberto Caldas para a Corte Internacional de Direitos Humanos

O Brasil terá, pela segunda vez na história, um representante na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O advogado Roberto de Figueiredo Caldas foi eleito na noite do dia 5, durante a 42ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Cochabamba (Bolívia), vencendo com 19 votos o mexicano Eduardo McGregor e o colombiano Humberto Porto.

A indicação do advogado feita pela presidente da República, Dilma Rousseff, no início deste ano contou

com o apoio do Conselho de Representantes da Anamatra, que divulgou moção lembrando a atuação do jurista em prol dos direitos sociais e ressaltando que a defesa dos direitos humanos é interesse de toda a magistratura do Trabalho.

“É com alegria que a Anamatra recebe a notícia da eleição do advogado Roberto Caldas. A magistratura do Trabalho está confiante de que o papel de defesa dos direitos humanos, notadamente àqueles ligados ao mundo do trabalho, será desem-

penhado com maestria pelo jurista”, ressalta o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’Anna.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem sede em San José na Costa Rica e é composta por sete juízes, eleitos entre juristas dos países membros da OEA. A Corte é uma instituição judicial autônoma da Organização e tem como objetivo salvaguardar a aplicação dos princípios da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelecida em 1979, e de outros tratados sobre o assunto. *A*

Frente Associativa discute assuntos de interesse da magistratura e do Ministério Público

O juiz Paulo Schmidt, vice-presidente da Anamatra, participou no dia 12 da reunião da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas). Durante o encontro, que aconteceu na sede da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (DF), foram discutidos assuntos de interesse das duas carreiras, a exemplo da política remuneratória, previdência pública e segurança.

A reunião foi conduzida pelo presidente da Amagis - DF e coordenador da Frentas, Gilmar Soriano. Também participaram da reunião dirigentes da Associação dos Magistrados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). *A*



Foto: Arquivo Anamatra

TJC realiza dives estados no m



Várias foram as realizações do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) no mês de junho. No Pará, o presidente da Amatra 8, Antonio Coelho dos Santos, assinou convênio com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, representado pelo presidente em exercício Vicente Malheiros, para a realização da iniciativa. No estado, a juíza Zuíla Lima Dutra é a coordenadora.

Já na Bahia, a integrante da Comissão Nacional do TJC Rosemeire Fernandes levou o Programa ao seminário de encerramento da 4ª edição da Caravana Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. As cartilhas do TJC foram distribuídas durante o evento.

No Rio Grande do Sul, a Amatra 4 formalizou termo de cooperação junto ao governo do estado para oficializar o desenvolvimento do TJC nas escolas públicas gaúchas. No Rio Grande do Norte, os trabalhadores da construção do estádio Arena das Dunas, em Natal (RN), receberam a juíza do Trabalho Simone Jalil, coordenadora TJC no estado, e a procuradora do Trabalho Ileana Neiva, que proferiu palestra dentro do cronograma da iniciativa.

Em Fortaleza (CE), o TJC chegou aos alunos das esco-



Diversas ações nos mês de junho

As estaduais profissionalizantes Joaquim Moreira e Júlia Giffoni. Nos encontros, foram abordados temas como trabalho da mulher, trabalho digno, trabalho do adolescente e salário. Ao todo nas duas escolas cerca de 900 alunos participaram.

Ainda em junho a Amatra 19 (AL) realizou seminário para 150 professores de escolas de jovens e adultos da rede municipal de ensino de Arapiraca.

Um acordo firmado no dia 13 entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e a Amatra 10 (DF e TO) promete marcar uma nova fase do TJC no Distrito Federal. Apesar de já existir na prática há quase dois anos na unidade da federação, o programa foi oficializado no início do mês, durante evento no Foro de Brasília, que reuniu diversas autoridades e professores da rede pública de ensino. O diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Germano Siqueira, representou a entidade na solenidade.

Professores da escola municipal Adelvani Sysesmundo Ferreira de Azevedo (EMEF-ASFA), localizada em Vitória (ES), participaram na noite do dia 22 da primeira aula do Curso de Formação de Multiplicadores do TJC 2012. *A*





PRÊMIO ANAMATRA DE DIREITOS HUMANOS 2012

NO MUNDO DO TRABALHO

Nova categoria "Programa Trabalho,
Justiça e Cidadania"

Mais de R\$ 40.000,00
em prêmios

Categoria Imprensa dividida em quatro
segmentos, premiando também fotografia.

INSCRIÇÕES ATÉ 31 DE JULHO DE 2012 PARTICIPE!

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) apresenta a 5ª edição do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos, com objetivo de valorizar ações concretas de garantia e promoção de direitos humanos nas relações de trabalho.

As categorias são:

Categoria Cidadã: pessoas físicas e jurídicas, incluídas entidades não governamentais e outras entidades que desenvolvam projetos e ações concretas relacionadas aos temas abordados no item 2 do regulamento;

Categoria "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania": alunos, professores e/ou escolas que promovam ações cidadãs e práticas de disseminação dos ideais da Justiça Social, por meio da aplicação

do "Programa Trabalho, Justiça e Cidadania" da Anamatra, observada a temática contemplada no item 2 do regulamento;

Categoria Imprensa: pessoas físicas ou jurídicas que tenham veiculado reportagens, série de matérias, fotografias ou campanhas publicitárias relacionadas aos temas do item 2, nas seguintes subcategorias:

- Impresso (jornal, revista e internet);
- Televisão;
- Rádio;
- Fotografia (veiculada em jornal ou revista).

O vencedor de cada categoria ou subcategoria receberá estatueta inspirada no Cilindro de Ciro e premiação em dinheiro no valor líquido de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Confira como participar, o regulamento completo e a ficha de inscrição no site da Anamatra - www.anamatra.org.br

Realização

